

# Lei Geral de Proteção de Dados LGPD



FECOMÉRCIO DE OLHO NA

**LGPD**



# Introdução

É comum, para diversos estabelecimentos comerciais, pedir alguns dados aos clientes para cadastro. Essas informações são úteis para algumas ações nas empresas, como descontos em produtos ou serviços, sorteios e promoções. Mas também podem ser usados para outros fins, como perceber o comportamento de compra dos clientes, ações de marketing e publicidade específicas mais direcionadas aos hábitos dos clientes.





Embora a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) esteja chegando agora ao Brasil, na Europa e Estados Unidos ela já é realidade. A LGPD foi aprovada no Brasil em 2018, desde então, fazemos parte dos mais de 120 países que possuem lei específica para a proteção de dados pessoais.

A LGPD já foi sancionada pelo presidente da República, mas as sanções, por parte da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), novo órgão vinculado à presidência da República, serão aplicadas a partir de 1º de agosto de 2021.

A Lei determina as obrigações que empresas e organizações possuem diante da coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados pessoais. E para que você, empresário, conheça a LGPD e consiga adaptar sua empresa, a Fecomércio Ceará preparou esse E-book com os principais pontos e diretrizes da Lei.

**BOA LEITURA.**



# O que é a LGPD e seus conceitos

A lei refere-se ao tratamento de dados pessoais por pessoas físicas ou jurídicas, sejam elas públicas ou privadas. O objetivo da LGPD é **proteger os dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil**. Mas, afinal, o que são dados pessoais e outros conceitos relacionados a essa lei? Confira a seguir!





## **Dados pessoais sensíveis**

São aqueles relacionados à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, referentes à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Informações relacionadas exclusivamente a pessoas jurídicas, como CNPJ e número de inscrição estadual, não são consideradas dados pessoais.

Outros dados descartados pela LGPD são os chamados anonimizados. A anonimização é uma técnica de processamento de dados que remove ou modifica informações que possam identificar uma pessoa.

Na prática, os dados anonimizados não podem ser associados a nenhum indivíduo específico. Eles servem para criar produtos e recursos seguros, como o preenchimento automático de uma consulta de pesquisa inserida, e detectar com mais precisão as ameaças à segurança.







### **Tratamento de dados**

É toda operação que utiliza dado pessoal, automatizado ou não, desde a coleta, passando pelo armazenamento, até a reprodução, classificação, transmissão, distribuição, processamento, compartilhamento, modificação e/ou qualquer outro ato relacionado.

### **Banco de dados**

É exatamente o conjunto desses dados pessoais, seja em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.





## **Consentimento**

A livre manifestação pela qual o cidadão concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

## **Titular**

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais.



10 ocasiões

# Quando é permitido o tratamento dos dados pessoais?

A lei permite o tratamento de dados pessoais em 10 ocasiões, levando sempre em consideração fundamentos, como o respeito à privacidade, segurança da informação, a autodeterminação informativa, a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem. São elas:

1

### **Com o consentimento do titular dos dados**

O proprietário dos dados deve ser informado de forma clara, ostensiva e objetiva sobre a finalidade específica e a forma da coleta e tratamento dos seus dados, sobre a possibilidade de compartilhamento com terceiros, tempo de duração, transferência internacional e outras informações importantes. Uma dica: é importante revisar os termos de uso e políticas de privacidade pelas empresas.

2

### **Para o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória**

Um exemplo desse ponto é quando as empresas devem enviar dados dos empregados à seguridade social. Nesse caso, não é necessário o consentimento do empregado, mas é preciso informá-lo claramente sobre como seus dados serão utilizados.





**3**

**Pela administração pública na execução de políticas públicas previstas em lei**

**4**

**Para a realização de estudos por órgãos de pesquisa, garantida sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais**

**5**

**Quando necessário para a execução de contrato**

O titular deve ser informado sobre o tratamento dos seus dados e que essa é uma condição da prestação de serviço ou para o fornecimento do produto, dependendo da situação.



- 6** Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
- 7** Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros
- 8** Para tutela da saúde, exclusivamente em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias



9

### **Quando necessário para atender aos interesses legítimos da empresa**

A lei exige que o tratamento seja para uma finalidade específica, respeitando os direitos e liberdades fundamentais do titular. Um exemplo desse caso é para a proteção do próprio titular, para evitar fraudes e garantir a segurança das transações financeiras.

10

### **Para a proteção do crédito**

Também é necessário observar a Lei do Cadastro Positivo (Lei n.º 12.414/11) e o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90)





